

# 8

## Por que apoiamos candidatos envolvidos em casos de corrupção em Portugal? Uma análise descritiva por regiões

Gustavo Gouvêa Maciel

**Resumo:** Apoiamos candidatos envolvidos em casos de corrupção em Portugal de modo igual? Não. É exatamente a complexidade da simplicidade desta resposta que suscita uma maior reflexão sobre as razões que levam cidadãos de diferentes regiões do país a justificar a escolha por corruptos no poder. Apanha-se aqui o que se sabe até ao momento para fazer uma análise descritiva inicial do fenómeno do apoio político a candidatos corruptos com base nos resultados do Inquérito EPOCA 2020-21, que perguntou diretamente “Por que razão eleitores apoiam candidatos corruptos?” a 1.020 pessoas no continente e nas regiões autónomas. Os resultados preliminares indicam, sobretudo, que há a necessidade de se definir estratégias de enfrentamento à corrupção eleitoral específicas para cada região NUTS-II.

**Palavras-chave:** Corrupção; Motivos; Candidatos; Eleições; Portugal; Regiões NUTS-II

**Abstract:** Do we support candidates involved in corruption cases in Portugal all in the same way? No. It is precisely the complexity of the simplicity of this answer that prompts further reflection on the reasons that lead citizens from different regions of the country to justify their choice for corrupt people in power. Here it is got what is known so far to make an initial descriptive analysis of the phenomenon, the political support for corrupt candidates, based on the results of the EPOCA 2020-21 Survey, which directly asked “Why do voters support corrupt candidates?” to 1,020 people in mainland Portugal and in the autonomous regions. Preliminary results indicate, above all, that there is a need to define specific strategies to combat electoral corruption for each NUTS-II region.

**Keywords:** Corruption; Reasons; Candidates; Elections; Portugal; NUTS-II regions

### 1. INTRODUÇÃO

Não é de hoje que se ouve falar de potenciais situações de corrupção nas mais diversas regiões de Portugal. Enquanto país, há a crença, talvez por sermos “de dimensão geográfica e populacional mais pequena” e

com uma “governança política bastante centralizada” (Fernandes et al., 2023), de que a corrupção seja percebida de igual modo por todos os portugueses.

Ao explorarmos os resultados do inquérito mais recente sobre a temática, até podemos dizer que, para os cidadãos, existe um consenso de que são os “políticos” os que mais representam a ideia do é “ser corrupto” em Portugal, quer em palavras, quer em valores percentuais. Entretanto, as semelhanças param por aqui, pois os mesmos resultados apontam para uma igual “multiplicidade” de interpretações da corrupção a depender de onde em Portugal é que fazemos as perguntas (de Sousa et al., 2021).

Do Norte ao Algarve, dos Açores ao Alentejo, há muito que se precisa compreender sobre as diferenças locais acerca das motivações para se optar pela escolha de um candidato que esteja envolvido em um caso de corrupção. A par da importância em decodificar os comportamentos dos tais “corruptos” (Coroado, 2017: 84–96; Lima, 2011) para melhorar e reforçar a ética e a transparência nos partidos políticos, na Assembleia da República, no Governo e nas autarquias (de Sousa e Coroado, 2022a; Tavares et al., 2018), também é possível (e necessário) dar a conhecer o porquê de apoiarmos tais candidatos envolvidos em casos de corrupção.

É este precisamente o objetivo deste artigo. Apanha-se o que se sabe até ao momento sobre o apoio político a candidatos corruptos (de Sousa e Moriconi, 2013), em particular, em Portugal (de Sousa, 2009; de Sousa e Triães, 2008), para desenvolver com mais detalhe as diferentes motivações para a eleição de corruptos nas regiões portuguesas, quer no continente, quer nas ilhas. É precisamente nas percepções dos cidadãos que se apoia este estudo. Ao

reconhecer a importância de se prevenir, combater e controlar a corrupção não apenas através das medidas de caráter administrativo e/ou jurídico, enfatiza-se a necessidade de se conhecer as percepções regionais que justificam a escolha por corruptos para assim criar um maior alinhamento com as políticas locais de promoção da qualidade da democracia. Em resumo, analisa-se aqui, com dados de 2020-2021 (Magalhães e de Sousa, 2021) como os Portugueses dos Açores, do Alentejo, do Algarve, do Centro, de Lisboa, da Madeira e do Norte justificam a reeleição de potenciais corruptos através da caracterização dessas populações em fatores “menos convencionais” e ainda pouco exploradas, como (a) a idade, (b) o uso das redes sociais para acompanhar as notícias sobre a política, (c) a situação de trabalho e (d) o sentimento de injustiça relatado por mais mil inquiridos nacionalmente.

## 2. E AFINAL O QUE SABEMOS (E NÃO SABEMOS) SOBRE O APOIO ELEITORAL AOS “CORRUPTOS”?

Em linhas gerais, a punição eleitoral dos corruptos está assente em duas grandes dimensões. Uma estruturada nos impactos “macro” (tanto as condições e características dos sistemas político e eleitoral, como as condições do ambiente, a cultura a situação da economia, a qualidade da governação e da justiça, etc.) e outra mais focada nos impactos “micro” (as predisposições que geram o comportamento tolerante frente aos candidatos corruptos, quer sejam características sociodemográficas individuais ou atitudes pessoais) (de Sousa e Moriconi, 2013).

A dimensão “macro” acaba muitas vezes por se resumir ao contexto nacional, sem levar em considerações as dinâmicas regionais que possam estar a acontecer se olharmos como mais atenção para um determinado país ou mesmo uma determinada instituição. Além disso, são as atitudes e escolhas dos indivíduos o que há de mais volátil e dinâmico, pois são capazes de mudar muito mais fácil e rapidamente que o contexto sociocultural, favorecendo uma análise que busca oferecer propostas de mudança e de construção de políticas de enfrentamento da corrupção.

Sabemos já que em Portugal, há uma cultura histórica de normalização do conceito de corrupção (de Sousa e Moriconi, 2015), que as classes sociais mais baixas “limitam a compreensão do fenómeno [da tolerância à corrupção] a determinadas práticas (Moriconi e Carvalho, 2016, p. 310), que uma abstenção eleitoral mais elevada indica um potencial de que haja mais corrupção a acontecer em determinada zona (Stockemer e Calca, 2013), que há maior judicialização de casos de corrupção nas grandes áreas metropolitanas, envolvendo a expansão urbana e às políticas de ordenamento do território (de Sousa e Calca, 2020) e que os eleitores parecem dispostos a recompensar o compromisso ético dos políticos (de Sousa e Coroado, 2022a: 170–175, 2022b: 125–130).

Por se tratar de um país politicamente centralizado, a ciência das percepções de corrupção dos indivíduos tendeu a ser tratada numa vertente mais nacional (de Sousa, 2019; Magalhães e de Sousa, 2021), onde o fator regional das dinâmicas de apoio a candidatos corruptos, embora relevante (de Sousa et al., 2021: 35–36), careceu de uma exploração mais detalhada. É o que se propõe aqui através da análise pormenorizada dos motivos para se punir candidatos corruptos em cada uma das regiões portuguesas. As lentes “micro” de análise foram usadas para compreender quais são razões para punir (ou não) os candidatos corruptos (de Sousa e Moriconi, 2013, p. 477) de acordo com o que resta ainda saber sobre alguns fatores, que embora apontados como importantes para serem estudados, ainda não o foram. São eles, a idade, pois são os mais jovens que toleram mais a corrupção (European Commission, 2022, p. 16), o recurso às redes sociais para tomar conhecimento sobre a política em Portugal, dado que são as redes sociais que ampliam a visibilidade do discurso de corrupção (Salgado, 2019), bem como a situação de trabalho e o sentimento de desigualdade e injustiça, que provam ser potenciais elementos de variabilidade nas motivações para tolerar a corrupção (Moriconi e Carvalho, 2016).

### 3. MÉTODO

Através do uso da questão 28<sup>1</sup> do *Inquérito EPOCA* (Magalhães e de Sousa, 2021), que mediu o grau de concordância com seis motivos para apoiar candidatos corruptos (“**Rouba mas Faz**”, “**Todos corruptos**”, “**Gratidão**”, “**Descrença na justiça**”, “**Integridade não é prioridade**” e “**Mesma cor política**”) e que obteve um total de 1,020 respostas de um universo de estudo constituído por indivíduos, de ambos os sexos, dos 18 aos 75 anos e residentes em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas entre Dezembro de 2020 e Abril de 2021. A amostra foi estratificada e é representativa por região (NUTS-II), os inquiridos foram selecionados aleatoriamente para entrevista direta e pessoal na própria residência através do uso de sistema CAPI baseado em questionário elaborado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) para o efeito. A distribuição por NUTS-II dos inquiridos no estudo é apresentada na **Tabela 1**.

**Tabela 1**

Quantidade de entrevistados por região NUTS-II de Portugal no Inquérito EPOCA

Região NUTS-II*	Amostra (n.º de indivíduos)
Região Autónoma dos Açores	25
Alentejo	72
Algarve	43
Centro	220
Área Metropolitana de Lisboa	282
Madeira	25
Norte	353
<b>Portugal</b>	<b>1.020</b>

Fonte: de Sousa et al. (2021, p. 37).

\* Nota: em negrito estão marcados os nomes simplificados que são usados na continuação deste artigo para fazer referência a cada uma das regiões NUTS-II de Portugal.

1. “(P28) Em Portugal, há alguns candidatos a eleições envolvidos em casos de corrupção. Na sua opinião, por que razão eleitores apoiam candidatos como estes? Responda, por favor, utilizando uma escala de 0 a 10, em que 0 significa que discorda totalmente da afirmação e 10 que concorda totalmente com a afirmação. (P28.1 – “**Rouba mas Faz**”) porque entendem que o candidato pode ser corrupto mas fez obra; (P28.2 – “**Todos corruptos**”) porque consideram que todos os políticos são corruptos e por isso é indiferente em quem se vota; (P28.3 – “**Gratidão**”) porque beneficiaram de favores do candidato e sentem gratidão; (P28.4 – “**Descrença na justiça**”) porque não acreditam na justiça e nas suas condenações; (P28.5 – “**Integridade não é prioridade**”) porque aquilo que o candidato propõe é mais importante do que saber se é uma pessoa íntegra e (P28.6 – “**Mesma cor política**”) porque os candidatos são do partido com o qual simpatiza.”

Os fatores para a análise descritiva para apoiar candidatos envolvidos em casos de corrupção por região NUTS-II de Portugal são adaptações das *Razões para punir ou não candidatos corruptos* apresentadas por de Sousa e Moriconi (2013, p. 477). As respetivas operacionalizações desses fatores se materializaram na codificação das questões D7 (“Idade”), D5 (“Política nas redes sociais”), D9 (“situação de trabalho”) e P7.1 (“sentimento de injustiça”) também constantes do inquérito EPOCA (**Tabela 2**).

**Tabela 2**

Operacionalização dos fatores para apoiar candidatos corruptos

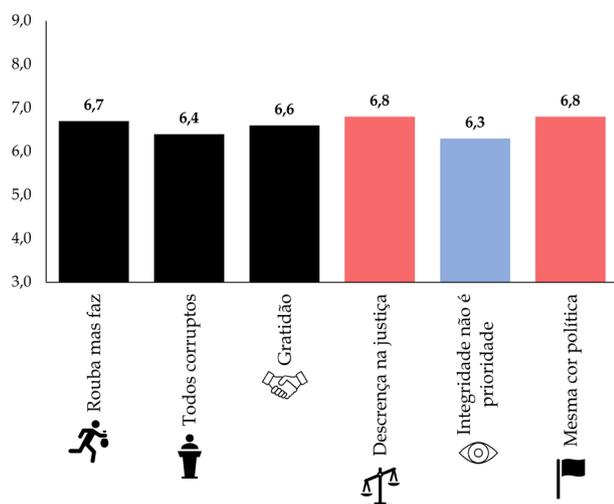
Fator	Questão original	Operacionalização
Idade	D7. Importa-se de me dizer a sua idade? (em anos)	Construção de seis categorias: “18-24”, “25-34”, “35-44”, “45-54”, “55-64” e “65+” anos de idade.
Política nas redes sociais	D5. E com que frequência acompanha as notícias sobre política e sociedade através das redes sociais, tais como o Facebook, o Twitter ou outras?	Como original, em cinco categorias: “Diariamente / Quase todos os dias”, “3-4 dias por semana”, “1-2 dias por semana”, “Com menos frequência” e “Nunca”.
Situação de trabalho	D9. Quais das seguintes situações se aplica melhor ao que fez nos últimos 7 dias?	Construção de seis categorias: “A fazer trabalho pago”, “A estudar”, “Desempregado(a)”, “Em situação de doença/incapacidade”, “Na reforma” e “A fazer trabalho doméstico”.
Sentimento de injustiça	P7. [...] pedia-lhe que [...] me dissesse em que medida concorda [...] numa escala que vai de 0 (discorda totalmente) a 10 (concorda totalmente) [com a frase]: P7.1 “Sinto-me frustrado quando penso naquilo que tenho em comparação com o que as outras pessoas como eu têm”.	Construção de três categorias: Pouco frustrado em comparação os outros”, “Moderadamente frustrado em comparação os outros” e “Muito frustrado em comparação os outros”.

Fonte: Magalhães e de Sousa (2021).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao observarmos as atitudes dos portugueses em relação às várias motivações para que alguém apoie um candidato corrupto, é possível constatar primeiramente que: é elevada a concordância com todo e qualquer motivo apresentado (**Figura 1**). Não surpreende este facto, pois, como já discutido na **seção 2**, já há evidências suficientes de que tais motivos estão relacionados com a aceitação a praticas corruptas noutros países (de Sousa e Moriconi, 2013). Entretanto, não deixa de ser importante constatar que o mesmo se passa em Portugal, ao menos quando observamos “o todo” e não “as partes”.

**Figura 1\***  
Motivos para apoiarmos candidatos corruptos em Portugal



Fonte: Magalhães e de Sousa (2021).

\* Nota: “Vermelho” indica o motivo que obteve a maior média, enquanto “Azul” indica a menor média.

Uma segunda constatação prende-se com a preferência dos portugueses com alguns dos motivos, sem, entretanto, apresentarem uma preferência particular por um ou outro em especial. Em valores médios, a descrença na justiça e nas suas condenações e a afinidade partidária surgem com mais peso (média de 6,8), acompanhadas de perto pelo “rouba

mas faz” (6,7) e pela gratidão que se sente por ter sido de algum modo beneficiado pelas decisões do corrupto (6,6). Não deixam de ser inesperadas as médias mais baixas para a justificação de que se vota em corrupto porque não há opção (6,4) e pelo facto de que a integridade não seja importante. Ao menos, em termos relativos, é de se salientar que a existência de médias simultaneamente altas (acima de seis) e pouco diferentes (com uma oscilação máxima de 0,4 entre médias) revela um padrão de condescendência à eleição de corruptos ao mesmo tempo que descreve uma incapacidade da parte dos eleitores em diferenciar as motivações que mais se associam à aceitação da corrupção. Em outras palavras, parece haver uma complacência e aceitação à corrupção de forma genérica, enquanto que paira uma incapacidade de se diferenciar tipos específicos dessa aceitação (de Sousa, 2011: 97–102).

Será que quando usamos uma lente de aumento para detalhar as mesmas motivações ao nível regional em Portugal, a história que ocorre em âmbito nacional se repete? A resposta é não (**Figura 2**). Em Lisboa é o “Rouba mas faz” que sobressai (7,3 de média e 0,6 mais elevada que a média nacional). No Algarve, o que é mais consensual como motivação para o voto em corruptos é a sensação de gratidão por benefícios gerados pelos corruptos. No centro, o vínculo identitário do político à cor política do eleitor é o que é mais descrito como motivo para a aceitação da corrupção eleitoral (6,8 de média). No Norte a preferência partidária (7,1) associa-se mais a uma descrença mais acentuada na justiça (7,1), enquanto na Madeira vem acompanhada da ideia de que se vota em corrupto porque todos são assim (7,0). Por fim, no Alentejo é a ideia de que a justiça falha ao punir os corruptos (4,6) combinada com uma percepção muito baixa de que os políticos são todos iguais (3,5) é que vigora.

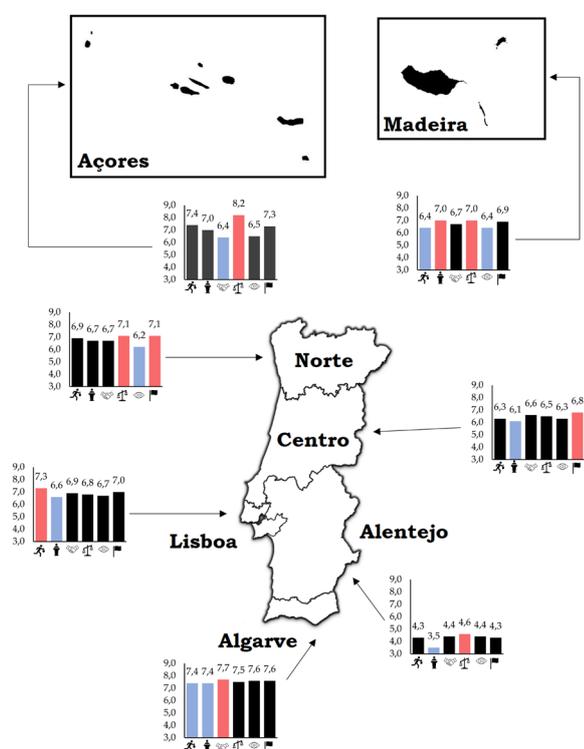
Destaque deve ser dado para o que se passa “mais ao sul da área metropolitana” de Lisboa. No Algarve todos os indicadores médios são superiores às médias nacionais (sempre acima de sete), ao passo que no Alentejo todos os indicadores estão drasticamente situados mais abaixo das médias nacionais

(sempre abaixo de cinco). De modo particular, tanto o “excesso de concordância” com as motivações quanto a “falta de concordância” generalizada, respectivamente, parecem dar uma mensagem sobre possíveis dinâmicas distintas que estejam a ocorrer no contexto democrático destas regiões e que os resultados médios não são capazes de traduzir.

Para além disso, nas regiões autónomas insulares o que se destaca é a maior volatilidade das motivações,

### Figura 2\*

Motivos para apoiarmos candidatos corruptos por região em Portugal (médias por NUTS-II e por motivo)



Fonte: Magalhães e de Sousa (2021).

\* Notas: (a) Os símbolos usados na **Figura 2** para se referir a cada um dos motivos para apoiarmos candidatos envolvidos em casos de corrupção são os mesmo da **Figura 1**. (b) “Vermelho” indica o motivo que obteve a maior média em cada região NUTS-II, enquanto “Azul” indica a menor média da mesma região.

que variam em termos médios de forma mais acentuada se comparadas ao continente. Se destaca, tanto nos Açores quanto na Madeira, a descrença na justiça e nas suas condenações como motivo para eleger corruptos. Novamente, é possível detalhar ainda mais os comportamentos regionais de modo a tentar entender com mais precisão como certos fatores sociais e atitudinais ainda pouco explorados podem estar a afetar as dinâmicas de tolerância aos políticos corruptos nas diferentes regiões de Portugal.

A **Tabela 3** apresenta as variações percentuais em relação às médias obtidas nas Figuras 1 (Portugal) e 2 (Regiões NUTS-II) para cada um dos motivos para apoiarmos candidatos envolvidos em casos de corrupção. Sobressaem três dinâmicas em nível nacional. (a) Indivíduos que acompanham “moderadamente” a política através das redes sociais tendem a concordar mais com todos os motivos para apoiar corruptos em comparação com aqueles ou que acompanham com pouca frequência ou os que acompanham diariamente. (b) Indivíduos que se sentem muito frustrados e injustiçados tendem a relativizar globalmente as motivações para aceitar a eleição de corruptos. (c) Em linhas gerais, indivíduos em situação de mais vulnerabilidade (desemprego, doença, incapacidade) tendem a relativizar mais as motivações para aceitar corruptos. Ao que tudo indica, questões associadas com a normalização da situação da corrupção e a sensação de anomia (“cá se vai andando”) parecem dizer algo sobre essa condição e merecem mais pesquisa no futuro.

Em termos regionais, é importante destacar algumas dinâmicas específicas capazes de reduzir ou aumentar a predisposição dos cidadãos a concordar com as motivações para tolerar os corruptos no poder. Nos Açores, no Alentejo e na Madeira a idade tem grande impacto na perceção relativa de quais os motivos é que são importantes para eleger os corruptos. Em geral, nos Açores, os mais jovens acreditam relativamente mais que se vota em corruptos porque aquilo que o candidato propõe é mais importante do que a sua integridade e que se vota em corrupto por se desacreditar na justiça e se acreditar que todos os

Por que apoiamos candidatos envolvidos em casos de corrupção em Portugal? Uma análise descritiva por regiões

Tabela 3

Heatmap das variações dos motivos para apoiarmos candidatos envolvidos em casos de corrupção em Portugal e por região NUTS-II (variações percentuais em relação às médias obtidas para cada motivo por região NUTS-II)

Motivos	Fatores explicativos																				
	Idade						Política nas redes sociais					Situação de trabalho					Sentimento de injustiça				
	18-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	Nunca	Com menos frequência	1-2 dias por semana	3-4 dias por semana	Diariamente	A fazer trabalho pago	A estudar	Desempregado(a)	Em situação de incapacidade	Na reforma	A fazer trabalho doméstico	Pouco frustrado	Moderadamente frustrado	Muito frustrado	
Portugal		6%	0%	-1%	-2%	1%	-1%	-2%	-3%	5%	12%	0%	1%	1%	-1%	-6%	0%	-3%	2%	-1%	-10%
		0%	-1%	1%	0%	-1%	2%	-3%	-1%	5%	7%	2%	1%	-5%	-3%	-11%	1%	4%	3%	-4%	-5%
		2%	2%	1%	-1%	-4%	1%	-5%	-1%	11%	13%	0%	2%	1%	-5%	-17%	0%	-2%	2%	-1%	-11%
		8%	-3%	-2%	-1%	2%	-2%	-3%	1%	4%	14%	-2%	0%	8%	-2%	-3%	0%	1%	1%	1%	-7%
		1%	1%	1%	0%	-1%	-1%	-3%	0%	5%	11%	-1%	0%	-1%	-2%	6%	0%	2%	2%	-2%	-8%
Açores		-2%	-3%	-3%	2%	2%	4%	-5%	0%	7%	12%	1%	0%	-2%	-5%	1%	3%	8%	1%	0%	-7%
		10%	16%	8%	3%	-28%	-19%	0%	-12%	-5%	-35%	66%	10%	-21%	-1%	n/a	-19%	6%	3%	-12%	-4%
		0%	21%	0%	-14%	0%	-3%	-16%	-7%	6%	0%	79%	3%	-29%	-29%	n/a	-3%	57%	-7%	10%	21%
		-2%	14%	28%	-38%	-10%	3%	8%	-44%	-3%	6%	77%	4%	-41%	-41%	n/a	3%	37%	0%	-36%	26%
		23%	5%	-22%	0%	-22%	9%	-6%	6%	17%	-22%	-22%	-12%	14%	14%	n/a	9%	51%	-9%	6%	30%
Alentejo		7%	26%	13%	-18%	-39%	-5%	6%	-8%	-2%	-39%	23%	-2%	-24%	30%	n/a	1%	38%	-1%	-14%	15%
		-15%	21%	-21%	20%	-31%	6%	-10%	-6%	23%	-38%	31%	-7%	-10%	17%	n/a	6%	45%	-8%	8%	28%
		2%	-18%	-13%	22%	11%	-3%	-8%	-13%	5%	14%	-1%	0%	53%	10%	n/a	-2%	-87%	0%	-1%	7%
		-15%	-14%	-15%	-6%	12%	28%	12%	-48%	8%	-10%	10%	-7%	42%	-24%	n/a	26%	100%	1%	-3%	-44%
		-13%	-13%	-11%	23%	20%	-18%	-10%	3%	11%	10%	-13%	5%	-13%	0%	n/a	-18%	32%	1%	-8%	-13%
Algarve		-8%	-12%	-17%	14%	7%	10%	3%	-11%	-6%	5%	2%	-5%	57%	5%	n/a	11%	-8%	-2%	12%	-8%
		-19%	0%	-9%	23%	-2%	-5%	-2%	2%	-9%	5%	11%	1%	8%	2%	n/a	-5%	-15%	1%	-5%	-15%
		-12%	-7%	-15%	22%	2%	3%	-1%	-3%	17%	8%	-38%	-3%	7%	3%	n/a	2%	77%	-2%	17%	-17%
		-1%	8%	1%	-2%	-2%	-2%	-2%	-1%	6%	-8%	-8%	0%	-1%	2%	n/a	6%	-8%	-1%	1%	12%
		-8%	5%	13%	-4%	-7%	0%	-4%	1%	10%	-22%	-22%	2%	-15%	2%	n/a	5%	-13%	-1%	5%	12%
Centro		2%	4%	-4%	4%	-1%	-4%	-3%	-1%	5%	-4%	-4%	-1%	9%	9%	n/a	-4%	-4%	1%	-4%	-4%
		-4%	1%	5%	0%	-4%	1%	-3%	-1%	7%	-7%	-21%	2%	-14%	-4%	n/a	0%	-3%	1%	-12%	6%
		-2%	5%	0%	3%	-8%	5%	0%	1%	2%	-10%	-6%	0%	-6%	1%	n/a	8%	-1%	0%	-1%	8%
		1%	-1%	-1%	4%	-3%	-1%	-3%	-1%	5%	-10%	7%	1%	-6%	1%	n/a	1%	-10%	0%	-1%	1%
		5%	-7%	6%	-3%	2%	-3%	-6%	8%	7%	13%	1%	2%	-5%	-3%	-11%	-2%	-11%	3%	-5%	-6%
Lisboa		0%	-9%	4%	7%	-2%	-2%	-4%	6%	-10%	2%	8%	1%	-20%	0%	-31%	2%	1%	3%	-6%	1%
		7%	-8%	5%	0%	-5%	3%	-8%	8%	-6%	7%	9%	0%	-2%	-4%	-37%	4%	-33%	2%	-3%	-7%
		12%	-3%	-1%	-4%	1%	-1%	-10%	12%	-12%	11%	11%	-2%	13%	0%	-7%	3%	-3%	1%	-2%	3%
		1%	-2%	6%	0%	-2%	-2%	-7%	11%	-2%	0%	8%	0%	-8%	-1%	5%	2%	-22%	0%	-1%	1%
		6%	-12%	1%	-1%	2%	3%	-6%	6%	-2%	4%	8%	-3%	-6%	4%	-4%	4%	-22%	1%	-2%	-1%
Madeira		10%	-4%	-5%	6%	-2%	-1%	7%	-4%	-6%	-6%	0%	0%	10%	2%	-10%	-1%	-1%	2%	-8%	2%
		-1%	-9%	3%	4%	2%	0%	7%	-1%	0%	-8%	-7%	2%	5%	0%	-6%	-5%	-2%	4%	-11%	6%
		4%	-3%	6%	-1%	-4%	1%	2%	-1%	25%	2%	-11%	4%	2%	-9%	-16%	-4%	6%	2%	-2%	-10%
		11%	-9%	0%	2%	6%	-8%	4%	0%	8%	9%	-11%	2%	10%	-4%	2%	-4%	4%	4%	8%	-2%
		-3%	-6%	1%	3%	5%	-2%	2%	0%	11%	11%	-10%	2%	-9%	-4%	16%	-5%	14%	5%	-8%	-8%
Norte		-8%	-4%	-2%	4%	7%	-2%	-3%	3%	7%	7%	-4%	2%	2%	-9%	8%	-3%	22%	1%	-3%	-2%
		-2%	-25%	6%	2%	22%	-2%	-5%	-3%	9%	6%	n/a	4%	22%	-17%	6%	-9%	30%	-7%	10%	-19%
		-22%	-20%	1%	12%	-1%	3%	-9%	-3%	14%	14%	n/a	3%	-15%	-8%	-1%	-5%	21%	2%	3%	-9%
		-12%	-15%	-1%	10%	-5%	3%	0%	-7%	1%	15%	n/a	-1%	10%	-5%	-5%	-5%	25%	8%	3%	-17%
		0%	-19%	13%	-8%	0%	4%	-4%	0%	6%	5%	n/a	-1%	14%	-2%	14%	-5%	7%	-12%	7%	-6%

Fonte: Magalhães e de Sousa (2021). \* Notas: (a) Os símbolos usados na Tabela 3 para se referir a cada um dos motivos para apoiarmos candidatos envolvidos em casos de corrupção são os mesmo da Figura 1. (b) “Vermelho” indica um valor percentual acima da média obtida para o respetivo motivo em determinada região, enquanto “Azul” indica um valor percentual abaixo da média obtida para dado motivo em cada região. (c) “n/a” para “não se aplica por ausência de valores”.

políticos são corruptos. No Alentejo e na Madeira, a mesma dinâmica ocorre, mas em sentido inverso: são os mais idosos que veem no descrédito da justiça um motivo para escolher corruptos, provavelmente ligado à sensação de gratidão demonstrada pelas ações dos corruptos em favor de interesses pessoais.

Quanto ao acompanhamento de temáticas da política através das redes sociais, as dinâmicas regionais são bastante diversas, revelando uma apenas uma tendência mais regular: o não acompanhamento da política faz com que se reduza a capacidade dos cidadãos em identificar e apontar com mais precisão por quais motivos se vota em corruptos. No outro extremo, o recurso excessivo às redes sociais parece ter o poder de aumentar a capacidade dos cidadãos em particularizar e apontar os motivos pelos quais se elegem corruptos.

A situação de trabalho parece ter menos impacto na ordenação de motivos para votar em corruptos em Lisboa, no Norte e no Centro. Ao mesmo tempo, parece criar “divisões” sociais evidentes principalmente no Alentejo e nas regiões autónomas. São as situações de realização de trabalhos domésticos, de estudante e de desempregado(a) que parecem “aguçar” e “apurar” a capacidade de descrever os motivos que mais importam para votar em corruptos.

Surpreendentemente, o sentimento de muita injustiça parece despertar um maior desinteresse nas explicações para a escolha por corruptos. Com exceção dos Açores, uma maior frustração perante o que os outros têm revela uma maior normalização da corrupção como parte da escolha política na eleição.

## 5. CONCLUSÕES

É possível definir planos de combate à corrupção eleitoral específicos para cada região NUTS-II de Portugal ao oferecer mais informação, sobretudo online, aos cidadãos, acerca das ações e práticas que envolvem os motivos mais relevantes para se aceitar a corrupção eleitoral. Em Lisboa há demanda para a execução

de uma política anticorrupção eleitoral mais transversal e assente na desconstrução do “Rouba mas faz”, enquanto na Madeira e no Alentejo há espaço para o desenvolvimento de políticas de sensibilização da corrupção eleitoral junto ao público mais jovem. Nos Açores, a estratégia se inverte: são os mais idosos que se tornam o foco de políticas públicas de enfrentamento à corrupção. Há igual preocupação em se dar atenção aos cidadãos em situação mais vulnerável, a estudar, de desemprego ou a executar trabalhos domésticos, pois são esses grupos que tendem (de modo transversal em Portugal) a adotar atitudes mais extremadas de concordância e discordância com os motivos para votar em corruptos.

Por fim, é certo que há limitações nos dados apresentados e a sua leitura e interpretação deve sempre ser feita com parcimónia. O estudo aqui desenvolvido, muito mais do que “concluir algo definitivo” sobre os motivos que fazem os cidadãos em Portugal votar em corruptos, pretendeu lançar perguntas e propor o debate mais descentralizado das políticas de combate à corrupção eleitoral em Portugal. Resta claro que, quando se trata da corrupção eleitoral portuguesa, não há uma abordagem de enfrentamento do tipo “one size fits all”, ou seja, é preciso compreender a corrupção de modo diferente em cada região.

## BIBLIOGRAFIA

- Coroado, S. (2017).** *O Grande Lóbi: Como se influenciam as decisões em Portugal*. Lisboa: Penguin Random House.
- De Sousa, L. (Ed.). (2009).** *Ética, Estado e Economia Atitudes e Práticas dos Europeus*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- De Sousa, L. (2011).** *Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- De Sousa, L. (2019).** Corrupção e Ética em Democracia: O Caso de Portugal, 2006. *Arquivo Português de Informação Social*, 0038. <http://hdl.handle.net/10400.20/2051>
- De Sousa, L., e Calca, P. (2020).** Understanding corruption through the analysis of court case content: research note. *Qualitative Research Journal*, 21(2): 135–147. <https://doi.org/10.1108/QRJ-04-2020-0029>
- De Sousa, L., e Coroado, S. (2022a).** *Ethics and integrity in politics: Perceptions, control, and impact*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

**De Sousa, L., e Coroado, S. (2022b).** *Ética e Integridade na Política*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

**De Sousa, L., Magalhães, P. C., e Clemente, F. (2021).** *O que pensam os portugueses sobre a corrupção: percepções – atitudes – práticas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

**De Sousa, L., e Moriconi, M. (2013).** Why voters do not throw the rascals out? – A conceptual framework for analysing electoral punishment of corruption. *Crime, Law and Social Change*, 60(5): 471–502. <https://doi.org/10.1007/s10611-013-9483-5>

**De Sousa, L., e Moriconi, M. (2015).** The discursive use of the concept of ‘corruption’ in parliamentary debates during the Portuguese Estado Novo (1935–74). *Italian Political Science Review*, 45(2): 159–181. <https://doi.org/10.1017/ipo.2015.8>

**De Sousa, L., e Triães, J. (2008).** *A Corrupção e os Portugueses: Atitudes, Práticas e Valores*. Lisboa: RCP Edições.

**European Commission (2022).** *Corruption: report* (<https://data.europa.eu/doi/10.2837/110098> (Ed.)). Brussels: Publications Office of the European Union.

**Fernandes, J. M., Magalhães, P. C., e Pinto, A. C. (Eds.). (2023).** *O Essencial da Política Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

**Lima, I.G.S. (2011).** A corrupção participada na administração local em Portugal (2004-2008). Tese de Mestrado. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

**Magalhães, P. C., e de Sousa, L. (2021).** *Inquérito à população portuguesa no âmbito do projecto EPOCA: corrupção e crescimento económico, 2021*. PTDC/CPO-CPO/28316/2017. Arquivo Português de Informação Social APIS0086. <https://hdl.handle.net/10400.20/2106>

**Moriconi, M., e Carvalho, T. (2016).** Social classes and tolerance to corruption in Portugal: What is the relationship? *Portuguese Journal of Social Science*, 15(2): 299–318. [https://doi.org/10.1386/pjss.15.2.299\\_1](https://doi.org/10.1386/pjss.15.2.299_1)

**Salgado, S. (2019).** Where’s populism? Online media and the diffusion of populist discourses and styles in Portugal. *European Political Science*, 18(1): 53–65. <https://doi.org/10.1057/s41304-017-0137-4>

**Stockemer, D., e Calca, P. (2013).** Corruption and turnout in Portugal—a municipal level study. *Crime, Law and Social Change*, 60(5): 535–548. <https://doi.org/10.1007/s10611-013-9481-7>

**Tavares, A., de Sousa, L., Macedo, A., Fernandes, D., Teles, F., Mota, L. F., Cruz, N. F. da, e Pires, S. M. (2018).** *Qualidade da governação local em Portugal* (A. Tavares e L. de Sousa (Eds.)). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

## NOTA BIOGRÁFICA

**Gustavo Gouvêa Maciel** é Investigador-doutorando em Políticas Comparadas no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, mestre em Ciência Política pela Universidade de Aveiro e licenciado em Ciências Económicas pela Universidade de Brasília. Atualmente desenvolve uma tese sobre tolerância à corrupção na democracia financiada pela Universidade de Lisboa (Período: 2019-2022, Ref. 746/2018) e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Período: 2022-2024, Ref. 2022.11518.BD). Tenho experiência de quase uma década de atuação em instituições públicas e minha pesquisa se concentra basicamente em assuntos relacionados com o enfrentamento à corrupção, à questões da ética e integridade na vida pública e os seus impactos na democracia através da análise das percepções.